Trifuncionalidade medieval

Notas sobre um Debate Historiográfico

José D'Assunção Barros

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/cultura/2259>

DOI: 10.4000/cultura.2259

ISSN: 2183-2021

Editora

Centro de História da Cultura

Edição impressa

Data de publicação: 1 janeiro 2006

Paginação: 275-294

ISBN: 0870-4546

ISSN: 0870-4546

Referência eletrónica

José D'Assunção Barros, « Trifuncionalidade medieval », *Cultura* [Online], Vol. 22 | 2006, posto online no dia 12 fevereiro 2016, consultado a 17 outubro 2019. URL : <http://journals.openedition.org/cultura/2259> ; DOI : 10.4000/cultura.2259

Este documento foi criado de forma automática no dia 17 outubro 2019.

© CHAM — Centro de Humanidades / Centre for the Humanities

Trifuncionalidade medieval

Notas sobre um Debate Historiográfico

José D'Assunção Barros

A Trifuncionalidade como Ideologia

O estudo das *ideologias*, no âmbito da História das Idéias, tem gerado algumas das temáticas mais importantes e polêmicas da historiografia das últimas décadas, sendo estas particularmente significativas para a compreensão das relações entre representações sociais e Política nos vários períodos históricos. Neste ensaio, que examinará a clássica discussão historiográfica sobre a 'trifuncionalidade medieval', estaremos considerando "ideologia" como uma noção que se relaciona francamente com um "projeto de agir sobre a sociedade" – embora seja importante aqui a ressalva de que o conceito de "ideologia" é extremamente polissêmico, comportando na verdade inúmeras possibilidades de sentido. Acompanhem, por ora, algumas palavras bastante oportunas do historiador francês Jacques Le Goff, que exemplificam a utilização do conceito de ideologia na mesma direção que apontamos acima:¹

"Quando os clérigos da Idade Média exprimem a estrutura da sociedade terrena pela imagem dos dois gládios – o do temporal e o do espiritual, o do poder real e o do poder pontifical – não descrevem a sociedade: impõem-lhe uma imagem destinada a separar nitidamente os clérigos dos leigos e a estabelecer entre eles uma hierarquia, pois o gládio espiritual é superior ao gládio material. Quando estes mesmos clérigos distinguem nos comportamentos humanos sete pecados capitais, o que eles fazem não é a descrição dos maus comportamentos, mas sim a construção de um instrumento adequado ao combate contra os vícios em nome da ideologia cristã"

A ideologia, poderíamos acrescentar, corresponde a uma determinada forma de construir representações ou de organizar representações já existentes para atingir determinados objetivos ou reforçar determinados interesses. É uma visão de mundo que se impõe, de modo a cumprir determinado projeto social ou a atender certos interesses políticos e, por trás destes, eventualmente interesses econômicos. O nível de consciência ou de automatismo como isto é feito é questão aberta, e que dificilmente poderá ser um dia encerrada. Também se discute se ideologia é uma dimensão que se

refere à totalidade social (uma instância ideológica) ou se existem ideologias associadas a determinados grupos ou classes sociais (ideologia burguesa, ideologia proletária). Na verdade, ideologia é um conceito que tem sido empregado por autores distintos com inúmeros sentidos no campo das ciências humanas, e por isto um historiador que pretenda utilizar este conceito deve se apressar a definir com bastante clareza o sentido com o qual o está utilizando.

Na acepção mais restrita que empregamos acima, a ideologia estará sempre associada a um determinado sistema de valores. A ideologia, de acordo com este uso, tem a ver com 'poder', com 'controle social' exercido sobre os membros de uma sociedade, geralmente sem que estes tenham consciência disto e muitas vezes sem que os próprios agentes implicados na produção e difusão de imagens que alimentam o âmbito ideológico tenham eles mesmos uma consciência mais clara dos modos como o poder está sendo exercido.

Feitas estas considerações conceituais iniciais, nosso objetivo a seguir será o de examinar a polêmica discussão historiográfica que se tem estabelecido em torno de um dos sistemas ideológicos mais poderosos que recobriu as sociedades do ocidente medieval: a Trifuncionalidade Social.

Trifuncionalidade na Idade Média e em outros contextos

Não é certamente uma criação exclusivamente medieval, ou de qualquer outro tempo, a tão discutida concepção de uma partição trifuncional do mundo social – um mundo que estaria grosso modo dividido entre aqueles que estabelecem a mediação da sociedade com os deuses ou com o mundo sobrenatural, aqueles que guerreiam para defender e impor esta mesma sociedade diante das outras, e por fim aqueles que trabalham arduamente para manter a base material de todo o conjunto social. Se na Idade Feudal um esquema similar a este pôde ser traduzido em termos de uma sociedade já cristianizada e dividida em *oratores*, *bellatores* e *laboratores*, a verdade é que encontraremos as mais diversas concepções tripartidas em sociedades antigas e nas mais variadas partes do mundo.

Em vista de um quadro tão complexo, há pouca possibilidade de que se chegue algum dia a um consenso entre os historiadores e estudiosos de outros campos das ciências humanas relativamente às origens primordiais desta idéia de uma sociedade tripartida. Estaria Dumézil (1958) correto ao afirmar que o esquema tripartido é uma representação tradicional dos povos indo-europeus? Teria alguma razão Boyancé (1955), ao desacreditar da afirmação dumeziliana de que tal esquema tenha estado também muito presente no espírito dos Latinos? Ou tal esquema, como propõe Vasilji Abravaev (1963), poderia simplesmente surgir em determinadas sociedades em certos momentos, sem que haja necessariamente uma rede de influências e infiltrações que justifiquem por contaminação a manifestação do pensamento trifuncional nesta ou naquela sociedade histórica?²

Estas questões, interessantes mas por demais polêmicas, têm sido habilmente contornadas por historiadores como Jacques Le Goff (1965), Georges Duby (1978) ou Daniel Rouche (1979) em favor de outra, bem mais produtiva para os estudos medievais: que motivações sociais e políticas teriam permitido que o esquema tripartido fosse

reapropriado de uma maneira tão específica pelos letrados dos primeiros tempos feudais, e que novas motivações teriam permitido que a idéia fosse reatualizada com tanto sucesso pelos séculos seguintes?³ Torna-se assim necessário, para além de investigar apenas as origens históricas e antropológicas das imagens de base que constituem a teoria da trifuncionalidade, ou mesmo de rastrear os seus princípios medievais em textos carolíngios e ainda mais explicitamente nas primeiras décadas do século XI, examinar sobretudo as causas de sua adoção mais generalizada pela Europa Cristã no final do século XI, tal como propõe Daniel Rouche (1979).

Sobretudo, mostrou-se fundamental para os historiadores que examinaram mais sistematicamente a trifuncionalidade medieval, verificar como esta imagem se difunde até que termina por penetrar, conforme bem o demonstrou Georges Duby em *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*, em uma grande parte das estruturas intelectuais e interinstitucionais da sociedade ocidental nos séculos XI e XII. Adicionalmente, seria mesmo o caso de verificar a força de tal imagem em períodos posteriores à própria Idade Média, tal como se propôs Duby ao examinar a presença da trifuncionalidade nos textos do teórico político Loyseau, já em pleno século XVII, naturalmente que já sob um novo contexto gerador de novos significados.⁴ Mas aqui já nos afastamos do nosso tema, que é a relação da trifuncionalidade com a sociedade que se constitui no ocidente europeu pela altura da Idade Média Central.

De qualquer modo, para utilizar as próprias palavras de Le Goff, seria precisamente o caso de perceber que, se o tema da trifuncionalidade, até então ausente da literatura cristã, reaparece entre os séculos IX e X, é porque corresponde a uma nova necessidade.

⁵ Mais ainda, conforme veremos mais adiante a partir das próprias colocações de Le Goff, esta imagem conceitual da sociedade teria correspondido não apenas a uma forma de expressão da nova sociedade que se consolidava, mas também a um projeto de agir sobre esta mesma sociedade. Teria se constituído mesmo, Le Goff ousa dizer, em um singular "instrumento de propaganda".⁶

Antes de chegarmos a esta problematização, consideraremos inicialmente algumas das pesquisas sobre o assunto desenvolvidas por Georges Duby, que se empenharam mais especificamente em rastrear com maior precisão alguns elementos, por vezes dispersos, que posteriormente se combinariam em favor da constituição efetiva de uma 'teoria da trifuncionalidade' nos já célebres textos de Adalberón de Laon e de Gerard de Cambrai no século XI.

As origens

A preocupação inicial de Georges Duby no mais famoso de seus textos sobre a trifuncionalidade – o já clássico *A Teoria das Três Ordens ou O Imaginário do Feudalismo* (1978) – liga-se à necessidade de identificar com maior precisão os começos medievais deste pensamento trifuncional que seria tão importante para o desenvolvimento do feudalismo. Dois textos medievais escritos por volta de 1030 – muito claros a respeito desta concepção trifuncional que divide o mundo em *oratores*, *bellatores* e *laboratores* – parecem de certo modo "partir do silêncio" através das vozes contemporâneas de Adalberão de Laon e Gerardo de Cambrai, dois bispos da França do Norte na primeira metade do século XI.⁷ Os começos de uma teoria da trifuncionalidade poderiam ser situados aí, conforme sustenta o historiador francês, o que atesta a importância destes famosos textos que desde tempos mais recuados até tempos mais recentes têm

merecido importantes estudos da parte de alguns dos melhores medievalistas.⁸ O texto de Adalberão, para além de sua publicação no *Monumenta Germanica Historica*, mereceu ainda uma tradução importante para o francês, acompanhada de uma importante tese explicativa (CAROZZI, 1973).⁹

O fato de que a formulação mais precisa da trifuncionalidade medieval surja a partir destes dois textos fundadores não significa, naturalmente, que não apareça em períodos anteriores a idéia de separar mais nitidamente o âmbito religioso do âmbito temporal, ou de delimitar no interior do mundo laico uma oposição entre guerreiros e trabalhadores, ou mesmo de relacionar em um todo mais equilibrado que corresponderia à cristandade os diversos papéis sociais. Na verdade, estas idéias aparecem dispersas em várias fontes bem anteriores aos textos produzidos pelos bispos da primeira metade do século XI, e cabe ao historiador mergulhar em uma busca problematizada que recua para além das origens das formulações mais precisas da trifuncionalidade.

De acordo com as observações de Georges Duby em um ensaio anterior ao seu livro sobre *A Teoria das Três Ordens ou O Imaginário do Feudalismo*, seria possível identificar indícios de que o pensamento social e político que em breve conduziria à célebre teoria das três ordens teria partido inicialmente de uma divisão mais simples, inscrita no quadro de oposições e interações binárias entre o mundo temporal e o mundo religioso.

¹⁰ Assim, é conhecida por exemplo uma "Carta do papa Zacarias a Pepino, rei dos francos" – datada de 747 – que já menciona uma clara oposição entre as duas ordens, "os guerreiros e os que oram".¹¹ De igual maneira, Agobard – em texto datado de 833 – já explicita ainda mais claramente uma oposição entre as duas ordens militar e eclesiástica – isto é, entre a *saecularis militia* e o *sacrum ministerium*.

Avançando nas pesquisas desenvolvidas por Georges Duby, a *Vida de São Geraldo de Aurillac*, escrita em 930 pelo abade Odon de Cluny, já mostraria ainda mais sintomaticamente a maturação de uma teoria que busca ordenar os poderes secular e temporal. É de fato a primeira *Vita* cujo herói é um leigo, representante autêntico da *nobilitas* (e não um rei nem um prelado). Intenciona mostrar que um nobre pode chegar à santidade sem depor as armas, tornando-se um *miles Christi* – e com isto almeja conferir à atividade militar, enquanto função específica da nobreza guerreira, um valor espiritual. O personagem, São Geraldo de Aurillac teria conseguido unir o exercício do poder à prática da humildade e à preocupação com os pobres. O texto também se mostra como pretexto para uma delimitação das missões do homem armado. Será igualmente útil observar que Odon, como mais tarde também ocorreria com Adalberón de Laon ou Gerard de Cambrai, ainda não utiliza a palavra *miles* para designar o grupo de especialistas de combate (*bellatores*) como será tão comum a partir do século XI.¹²

Mas, por fim, começam a certa altura a aparecer os textos que não deixam de prenunciar de algum modo uma teoria da trifuncionalidade. Os *Miracles de Saint Bertin*, texto hagiográfico escrito em fins do século IX, já nos mostram uma divisão tríplice, separando dos *oratores* e *bellatores* o "*imbelle vilgus*".¹³

Estes casos isolados, elementos importantes de uma intertextualidade que deve ser considerada, não alteram contudo o fato de que os textos fundadores – aqueles que os historiadores verificam já explicitarem muito claramente o que poderia ser considerado uma "teoria da trifuncionalidade" – aparecem sintomaticamente depois do Ano Mil, precisamente quando começa a se implantar uma sociedade feudal propriamente dita. É assim que, em 1030, dois dos bispos mais influentes da França do

Norte – Gerard de Cambrai e Adalberón de Laon – já propõem muito claramente o esquema da trifuncionalidade [Gerard de Cambrai: *Oratores, agricultores, pugnatores*; Adalberón de Laon: *Orare, pugnare, laborare*].

Neste ponto, depois de termos acompanhado as pesquisas de Georges Duby com vistas a destacar de maneira bastante sumária os discursos que contribuem de alguma maneira para o estabelecimento da idéia de uma partição funcional da sociedade – a princípio uma partição dicotomizada entre os poderes temporal e religioso, e depois uma partição já nitidamente trifuncional – será oportuno retomarmos a problematização proposta por Jacques Le Goff. Para o historiador francês, conforme veremos, a difusão da trifuncionalidade relaciona-se claramente com os progressos da ideologia monárquica e com a formação das monarquias nacionais na sociedade carolíngia.¹⁴ Desta maneira, a reapropriação medieval da trifuncionalidade corresponderia não apenas a um fenômeno feudal, mas também a um fenômeno associado aos desenvolvimentos das monarquias feudais.

A trifuncionalidade e o poder régio

Não é por acaso que Jacques Le Goff, embora também remontando ao século IX, irá buscar em um outro tipo de fontes os começos da trifuncionalidade. Tanto em seu artigo mais antigo intitulado "Notas sobre a Sociedade Tripartida" (1965), como no capítulo "O Rei das Três Funções" incluído na Biografia sobre São Luís (1994), um texto que havia passado despercebido pelos historiadores chama-lhe a atenção.¹⁵ Começa então por destacar um acrescentamento introduzido, em fins do século IX, na tradução Anglo-Saxônica da obra *De Consolatione Philosophia* de Boécio.¹⁶ O acrescentamento, determinado pelo rei Alfredo, o Grande, explicita a idéia de que as três ordens são como que utensílios e materiais necessários à realização da obra monárquica e ao exercício do poder com eficácia.¹⁷

O segundo texto discutido por Le Goff é datado de 995, portanto anterior ao famoso texto *Carmen ad Robertum* do bispo Adalbéron de Laon, que possivelmente foi escrito entre 1025 e 1027. O monge Abbon de Fleury, em um texto cujo título resumiremos por *Apologeticus adversus* descreve a sociedade como constituída por duas categorias principais, os clérigos e os leigos, sendo que estes últimos se subdividem em agricultores — *agricolae* — e guerreiros, ou *agonistae*. Os dois textos, como observa Le Goff, embora se relacionem também a interesses eclesiásticos, são levados na sua busca de apoio real a fortificar a instituição monárquica. É interessante acrescentar que Abbon de Fleury, tal como mostram os estudos de Roger Bonnaud-Delamare (1951), foi também o responsável pelas condenações pronunciadas na época do primeiro concílio de Charroux contra "os clérigos excessivamente apegados ao dinheiro ou que combatiam como leigos".¹⁸ Isso reforça o terreno de separação interfuncional em que ele já se movimentava.

Por outro lado, seria oportuno lembrar através de outro trecho do *Apologeticus adversus*, Abbon expressa em outra oportunidade um segundo esquema tripartido que poderíamos denominar "teoria dos três graus". Tal como enuncia Abbon de Fleury, "entre os cristãos dos dois sexos, sabemos bem que existem três ordens e, por assim dizer, três graus: o primeiro é o dos leigos, o segundo o dos clérigos, e o terceiro o dos monges. Embora nenhum dos três seja isento de pecado, o primeiro é bom, o segundo melhor, o terceiro excelente". Conforme veremos mais adiante, a sutileza do esquema

tripartido funcional é que ele substitui esta concepção trinitária anterior, aproximando em uma única ordem os modos de vida de 'clérigos' e 'monges', e criando uma cisão do mundo laico de acordo com o seu modo de vida dedicado à guerra ou ao trabalho. Neste momento, contudo, através das oscilações presentes no texto de Abbon de Fleury, percebemos a silenciosa guerra de representações que se trava no discurso eclesiástico.

O terceiro exemplo trazido por Le Goff remete à Polônia do século XII, e é a *Cronica et Gesta Ducum Sive Principum Polonorum* (1113-1116), de um cronista que ficou conhecido como Gallus Anonymus. Ao dividir a população laica, a fonte fala nos *milites bellicosi* e nos *rustici laboriosi*. O texto constrói-se na verdade em apoio ao círculo real de Boleslaw Boca Torta, e é empregado por Le Goff para trazer um elemento de contraste no tempo e no espaço. Segundo suas conclusões, os três textos mostram que, em fins do século IX e princípio do século XII, de um extremo ao outro da comunidade latina, o esquema tripartido está relacionado aos esforços de certos meios laicos e eclesiásticos para consolidar ideologicamente a formação de monarquias nacionais (LE GOFF, 1980, p.79).

A definição de cada uma das três ordens no conjunto de textos coloca para Jacques Le Goff questões bastante interessantes. A ordem clerical, tendo por função principal a oração, expressa na verdade a capacidade de assegurar para a comunidade, através do exercício profissional da oração, o auxílio divino. A ordem dos *bellatores*, que tenderá a partir do século XII a ser expressa com o termo *milites*, é especializada na luta. Ressalta-se que a consolidação da ordem dos *bellatores* entre os séculos IX e XIII corresponde ao aparecimento de uma nova nobreza e à preponderância da função guerreira nesta nova aristocracia.¹⁹ Mais problemas são colocados pela ordem dos *laboratores*. Quem seriam? – pergunta Le Goff. Os textos falam nos *agricolae*, nos *rustici*. Por outro lado, no seu sentido mais abrangente o termo *laboratore* referir-se-ia a todo o restante da sociedade – excetuando-se o clero, os *bellatores*. Neste sentido estendido, aliás, seria oportuno lembrar uma acepção que freqüentemente aparece em algumas capitulares carolíngias, onde "labor" é definido por oposição ao "patrimônio herdado". Niermeyer, em um artigo publicado na revista *Moyen Age* intitulado "A marge du nouveau Ducange" (1957), mostra exemplos tanto de "labor" sendo empregado na acepção de "trabalho agrícola", como na acepção que está registrada na Capitular *De partibus Saxoniae* (785), onde "labor" designa "o fruto de toda atividade aquisitiva oposta ao patrimônio herdado".²⁰

Há por fim uma acepção, também discutida por Jacques Le Goff, em que a ordem *laboratore* referir-se-ia não a todos os agricultores, mas somente a uma elite dentro do próprio conjunto de camponeses – e neste caso o esquema trifuncional estaria se referindo apenas aos melhores da cristandade: os *ordines oratore* e *bellatore* e a parte dos camponeses dignificada pelo seu trabalho e condição social mais elevada do que a dos trabalhadores agrícolas para baixo de um determinado nível de dependência. Aqui, o esquema tripartido não abrangeria portanto toda a sociedade, mas apenas os grupos sociais dignificados, por oposição a toda uma imensa gama de categorias que ficaria de fora.

A posição do rei no esquema tripartido é bastante singular. Rei dos *oratores*, ele não deixa de participar ao seu modo da natureza e dos privilégios eclesiásticos e religiosos. Rei dos *bellatores*, ele é o primeiro dos guerreiros, e nesta função concretiza certas ambivalências que dele fazem tanto um rei feudal – um *primus inter pares* que se apresenta como a "cabeça" da aristocracia militar – como também alguém que é colocado fora e acima dela. Uma avaliação mais completa do esquema poderia ainda situá-lo como o ponto de confluência das três ordens, e o aspecto de "rei dos

laboratores" apresenta-se como a função régia de garantir a ordem econômica e assegurar a prosperidade material.²¹

A imagem do rei como aquele que participa simultaneamente das três ordens ajuda a compreender, particularmente, que a função do esquema tripartido seria representar a harmonia entre as ordens, a 'interdependência', a solidariedade entre as ordens. E explica também, conforme propõe Le Goff, o sucesso crescente que apresentaria a imagem do "rei" – árbitro que harmoniza todas as ordens – em relação à imagem de "imperador", condenada por uma dualidade "império" versus "papado" que se fundava na irrealizável distinção entre espiritual e temporal.²²

O modelo do rei trifuncional também permite compreender governantes concretos da Idade Média, ou pelo menos as suas idealizações, e foi esse um dos objetivos de Jacques Le Goff ao dedicar-se a escrever um capítulo sobre a trifuncionalidade régia em sua biografia sobre *São Luís* (1996). Através deste rei modelar, Le Goff permite-se captar precisamente a singularidade da trifuncionalidade medieval, notando que, ao contrário do que ocorrera na Índia antiga e na Roma das origens, os reis medievais não apareciam habitualmente, à maneira dos deuses, caracterizados por uma ou outra das três funções – rei essencialmente legislador ou guerreiro, ou então fiador da prosperidade – mas sim um rei que reúne todas as funções em si.²³ Mesmo que permanecendo em muitos casos como um horizonte imaginário ou idealizado, era este o modelo – um modelo que podia ser encontrado, por exemplo, nos *Espelhos de Príncipes* do período.

A trifuncionalidade e os movimentos religiosos de seu tempo

A contribuição de Le Goff mostra-se particularmente importante no que concerne aos relacionamentos e interações da teoria da trifuncionalidade com a ideologia régia e os desenvolvimentos monárquicos, além das implicações econômicas que também são aventadas pelo historiador francês. Por outro lado, as análises de Georges Duby adquirem uma importância significativa em outras direções: ele examina a posição da teoria da trifuncionalidade no interior de um grande movimento produzido pela combinação das necessidades institucionais da Igreja com as necessidades religiosas do período de expansão feudal. A 'trifuncionalidade' é uma peça decisiva para esse grande movimento que apresenta como manifestação importante, na primeira metade do século XI, as campanhas conciliares da "Paz de Deus", e que irá culminar com a Reforma Gregoriana e com as Cruzadas no século XII. Neste contexto, tanto a "Paz de Deus" como a teoria da trifuncionalidade constituirão aspectos importantes para a renovação da noção de "laicato", a partir de proposições geradas no seio da própria Igreja.²⁴ Uma excelente síntese destas relações está registrada no ensaio "Os leigos e a Paz de Deus", escrito por Duby em 1966 e depois incorporado ao conjunto de ensaios publicado sob o título de *A Sociedade Cavaleiresca* (1979).²⁵

Visto desta perspectiva, a solução de Duby para compreender o essencial da trifuncionalidade difere das proposições de Le Goff, embora os dois posicionamentos não sejam propriamente antagônicos e possam mesmo ser trabalhados complementarmente. Enquanto Jacques Le Goff enfatiza a reapropriação da teoria da trifuncionalidade pela ideologia monárquica, Georges Duby a examina como parte integrada de um sistema ideológico produzido pela própria Igreja em apoio ao seu projeto universal de conduzir os rumos da cristandade e, sobretudo, de se pôr a salvo

dos confrontos com os poderes temporais e de eventuais violências produzidas pela fragmentação dos poderes feudais nas mãos dos cavaleiros. O cenário da consolidação do imaginário trifuncional é portanto um mundo vazado transversalmente por conflitos e comoções de toda ordem, como nos mostra o historiador R. Fossier (1973).²⁶

É das *Histórias* de Raul Glaber – fontes que foram atentamente examinadas por Georges Duby em sua obra sobre *O Ano Mil* (1967)²⁷ – e particularmente das suas descrições do movimento da Paz de Deus no princípio do século XI, que Duby parte para mostrar que mesmo os contemporâneos da teoria trifuncional puderam perceber todo este movimento que se inicia com a Paz de Deus como um esforço inicial dos altos dignitários de Igreja para "subtrair esta às pressões do temporal, para situá-la, deste modo, em posição dominante e torná-la capaz de uma missão que um dia pertencera à Realeza", ao menos no período de centralismo carolíngio: conduzir os destinos do povo cristão.²⁸

Re-inserida neste processo, a trifuncionalidade irá ser vista como parte de um movimento que decorre dos desafios da Igreja diante da necessidade de enfrentar a decomposição das instituições públicas carolíngias, mesmo que em momento posterior – como veio a propor Le Goff – a teoria da trifuncionalidade possa ter atendido também aos propósitos de gradual centralização em torno da figura do rei. Na análise que Duby desenvolve para integrar a trifuncionalidade em um movimento mais amplo que inclui outros fatores importantes – como a Paz de Deus ou a Reforma Gregoriana – parte-se da constatação de que o poder temporal estava, nos anos 990, nas mãos dos poderes locais. Estes exerciam prerrogativas de comando que outrora lhes foram delegadas pelo soberano carolíngio, e que agora eles detinham por direito hereditário. Julgar e punir, neste contexto, era uma oportunidade para os senhores laicos arrecadarem da população taxas bastante lucrativas, as *consuetudines*. Por outro lado, a Igreja possuía imunidades que lhes haviam sido concedidas pelos soberanos carolíngios, mas como o enfraquecimento da autoridade real praticamente tornara sem efeitos os diplomas de imunidade, agora os senhores laicos começavam a sujeitar cada vez mais a Igreja aos seus poderes. Na Gália meridional, inclusive, os condes detinham o direito de nomear para as mais altas dignidades eclesiásticas, além de dispor das sedes episcopais e das funções abaciais.²⁹

O programa eclesiástico que iria se seguir – e que termina por abarcar a teoria da trifuncionalidade como um de seus itens – representará precisamente o desejo de uma parte da Igreja em resistir aos poderes temporais. Um dos seus mais fortes pontos de apoio será o clero não comprometido com as práticas simoníacas, isto é, que não poderia ter qualquer interesse na sujeição da Igreja pelos poderes temporais locais. Neste sentido, despontará o papel de Cluny. Compreende-se também porque uma questão vital, para este complexo processo de afirmação da Igreja perante os poderes temporais, estará na chamada Reforma Gregoriana, que começará a ser realizada de forma mas intensa entre 1150 e 1226. Um dos itens programáticos mais importantes desta reforma estará precisamente na libertação da Igreja em relação às interferências temporais, o que inclui desde a perseguição às práticas simoníacas (compra e venda de cargos eclesiásticos) até o estabelecimento do direito exclusivo da Igreja nomear suas próprias autoridades. Para além disto, a exigência de celibato aos padres da Igreja, outro ponto prioritário da Reforma Gregoriana, constitui mais uma maneira de afastar o clero das relações seculares, para além de salvaguardar a Igreja de dispersões

patrimoniais. Os lances de oposição entre Igreja e Papado, por fim, também acompanham este mesmo processo.

A trifuncionalidade diante das mudanças de comportamento

Todos os aspectos acima destacados, pode-se sustentar sem maiores dificuldades, constituem parte de um único movimento cuja expressão institucional mais imediata é a Reforma Gregoriana, enfrentando passo a passo as questões da época que poderiam afetar a consolidação da Igreja como única Instituição que, do ponto de vista da cúria papal, deveria estar habilitada a conduzir os destinos da Cristandade. Os grandes lances desta reforma papal e institucional aparecem como um jogo de xadrez habilmente disputado: da luta papal contra o tráfico das dignidades eclesiásticas e contra o concubinato dos padres locais, passa-se com Humbert de Moyenmoutier ao 'questionamento das investiduras', até se chegar à *libertas* de Gregório VII, que estabelecia ao mesmo tempo a independência em relação ao Imperador e o direito exclusivo de julgar a sociedade cristã.³⁰

Obviamente que nem todas as motivações que movem este complexo xadrez devem ser buscadas no cálculo cuidadoso e nas estratégias político--institucionais que foram habilmente conduzidas pelos Papas e através do apoio das lideranças de Cluny, estas que constituíram em algumas oportunidades um braço importante e vigoroso das medidas reformistas. Em vista disto, historiadores mais especificamente interessados na história das sensibilidades – e mais em uma História Religiosa do que em uma História da Igreja propriamente dita – chamam atenção para o fato de que fatores ligados ao plano das sensibilidades e das mudanças nos comportamentos religiosos também devem aqui ser considerados. Conforme demonstram pesquisas realizadas por medievalistas como André Vauchez, é digno de nota que, por volta do Ano Mil, no momento mesmo em que se prepara simultaneamente o clima reformista e surgem as primeiras formulações trifuncionais, o advento do Milênio e a perspectiva do final dos tempos também fariam surgir em muitos espíritos o "desejo de apresentar a Deus uma Igreja sem Mácula".³¹ Separar a Igreja do século mais claramente, colocá-la a salvo das relações mundanas que podiam corrompê-la, salvaguardar a sua independência em um mundo que aguardava o fim dos tempos, não deixa de constituir um dos contrapontos mentais que devem ser considerados para a compreensão deste ambiente que gera simultaneamente os primeiros esboços da teoria da funcionalidade e uma vigorosa reforma monástica encabeçada por Cluny. Desta maneira, André Vauchez (1994) sustenta a idéia de que, para compreender esta luta que se trava no interior da Igreja e no seu entorno, é preciso situá-la também em uma perspectiva escatológica. Assim, se combater o concubinato dos padres logo seria uma questão fundamental para reformadores gregorianos que se preocupavam com a dispersão patrimonial através de heranças, já desde o século X, na abadia de Cluny, procura-se desenvolver uma espiritualidade eucarística da qual seria a pureza para se aproximar. É em vista disto que Odon de Cluny, no seu poema *Occupatio*, fizera da castidade uma necessidade absoluta para aqueles que pretendessem se dedicar à vida monástica, afirmando-se aqui uma incompatibilidade efetiva entre o concubinato e a função sacerdotal.

Apartar-se do mundo – o caminho do monge – era portanto uma via segura para a salvação. Por outro lado, em outros setores da Igreja, e na medida em que nos

afastamos das expectativas mais radicalmente escatológicas do início do milênio, "a espera inquieta da catástrofe última daria lugar ao desejo de construir *hic et nunc* o reino de Deus". É assim que, não só entre os reformadores gregorianos com também em certos setores da religiosidade mesmo laica, uma nova alternativa também seria proposta ao nível da escatologia. Para retomar as palavras do historiador André Vauchez, começa a se consolidar este desejo de "agir diretamente sobre o mundo para torná-lo de acordo com a vontade divina".³²

Esta nova perspectiva permitirá recolocar a questão das relações entre a teoria da trifuncionalidade e a reforma religiosa em toda a sua complexidade. Embora fosse quase consensual entre os clérigos e monges ligados à orientação papal que urgia delimitar muito claramente o espaço religioso do espaço temporal, de um lado se afirmaria uma corrente que logo levaria a Igreja a intervir com frequência cada vez maior nos assuntos seculares. De outro lado, eclesiásticos como o bispo Gerard de Cambrai – um dos dois primeiros formuladores do esquema trifuncional – eram de opinião que os religiosos afastavam-se do papel que Deus lhes havia destinado quando se ocupavam de questões temporais. Em vista disto, diante do movimento que ficaria conhecido como "Paz de Deus" – e que de certo modo buscava substituir uma autoridade real em decadência com vistas a organizar o mundo social – Gerard de Cambrai sustentaria que cabia aos governantes temporais e não à Igreja garantir a ordem pública.

Isso nos mostra um dado importante a ser considerado. A teoria da funcionalidade surge no âmbito de uma Igreja que clama por uma delimitação bem nítida entre a esfera religiosa e o mundo laico, e que logo se aperfeiçoa no sentido de prever uma separação igualmente nítida entre as funções *bellatore* e *laboratore*. Mas quanto ao tipo de relação que esta Igreja – definida como um corpo em separado – deveria estabelecer com referência às duas demais ordens pertencentes ao mundo laico, aí se abriam duas alternativas: o isolamento e a ação no mundo. A trifuncionalidade permitia, assim, muitas leituras, e isto não passou despercebido aos seus contemporâneos e aos seus idealizadores. Com relação à "Paz de Deus", um movimento surgido na Igreja e que se propunha a agir sobre o mundo, Adalberão de Laon e Gerardo de Cambrai representam posições diametralmente opostas, embora ambos estejam na raiz da primeira explicitação de uma teoria da trifuncionalidade medieval.

A Paz de Deus ainda nos leva a refletir sobre as posições extremamente ambíguas da Igreja em relação à aristocracia guerreira e à sua função *bellatore*. Os *miles* podiam ser em relação à Igreja desde ameaças até aliados. Por outro lado, é extremamente sintomático que tenha sido por ocasião de uma assembléia da Paz, realizada em Clermont em 1095, que o papa Urbano II – um antigo monge de Cluny – tenha lançado o apelo que daria origem à primeira das Cruzadas do ocidente contra o mundo islâmico do oriente. De igual maneira, é também do *ordo bellatore* que a Igreja lança mão para consolidar o seu projeto de expansão da unidade cristã, quando Inocêncio III em 1209 lança o apelo para que soberanos e cavaleiros do Norte da França organizem uma Cruzada dirigida contra a heresia cátara que começava a se expandir na região do Languedoc francês.

Balanceando as diversas perspectivas

Para retornar à questão mais específica das origens da trifuncionalidade e de sua interação subsequente com outros movimentos como a "Paz de Deus" e a "Reforma Gregoriana", pode-se dizer que, nos seus primórdios, o amplo movimento acima descrito corresponde a uma clara necessidade da Igreja de proteger-se contra a violência e as intrusões dos novos poderes laicos. Isso implicava, naturalmente, em assegurar uma separação mais bem definida, na vida social e nos estatutos jurídicos, entre os leigos de um lado, e os clérigos e monges, de outro. É importante ressaltar que na verdade este impulso de separar muito claramente o âmbito religioso e o âmbito temporal, tal como demonstra o próprio Georges Duby em outro texto intitulado "As origens da cavalaria" (1968), tem precedentes anteriores que remontam ao próprio período carolíngio – onde a Igreja viu-se na necessidade de afirmar sua identidade e autonomia perante os poderes dos soberanos carolíngios. Mas é com o novo contexto de fragmentação dos poderes, que regerá o surgimento da sociedade feudal, que esta necessidade torna-se ainda mais premente, e agora localizada no plano dos poderes locais, de modo que é precisamente neste momento que começa a tomar forma uma 'teoria da trifuncionalidade'.

A emergência de uma teoria que busca clarificar definitivamente a separação entre o âmbito religioso e o âmbito laico – e depois uma nova divisão entre *bellatores* e *laboratores* dentro deste último âmbito – situa-se portanto na confluência entre as necessidades dos estabelecimentos religiosos enfrentarem os poderes locais de seu tempo, e a necessidade de se reagir contra uma história anterior que havia misturado estreitamente nas estruturas carolíngias as idéias de Igreja e Cristandade, chegando a até mesmo confundi-las na "pessoa real".³³

Desta maneira, o rastreamento empreendido por Duby das fontes medievais que precedem a teoria da trifuncionalidade mostra que, primeiro, teria surgido uma necessidade de maior explicitação da divisão entre o âmbito religioso e o âmbito laico – portanto ainda uma oposição binária – mas que logo ficaria claro que seria útil subdividir o âmbito laico entre aqueles que representam os poderes dominantes, os 'guerreiros', e aqueles que trabalham, notando-se que os grandes estabelecimentos monásticos também viviam da exploração desta imensa mão-de-obra agrícola que lhes assegurava a subsistência e o lugar da Igreja, no seu conjunto, como a maior proprietária fundiária da época. Note-se, aliás, que se a teoria da trifuncionalidade aprimora esta divisão do mundo laico em *bellatores* e *laboratores*, já no que se refere ao âmbito religioso a sua tendência seria, ao contrário, a de aproximar "as duas principais *ordines* dos esquemas sociológicos carolíngios", a dos clérigos e a dos monges.³⁴ A Igreja mostra-se já aqui como um corpo que se quer manter à parte.

Esta aproximação entre os modos de vida do monge e do clérigo secular, de modo a constituir efetivamente a noção mais fortemente enraizada de uma nova ordem – a dos *oratores* – não se fez naturalmente sem resistências e lutas internas que se deram no próprio seio do mundo eclesiástico. Afinal, o caminho do monge e o caminho do clérigo eram até então considerados coisas distintas. Exemplo disto são os protestos de padres milaneses que, pretendendo se opor à Reforma gregoriana, acusaram o papado de pretender impor aos clérigos seculares um modo de vida e um conjunto de exigências morais que não corresponderiam à vocação específica do seu *ordo*. Invocavam, como se pode entrever, um esquema tripartido anterior, que já vimos mencionado na 'teoria dos

três graus' apresentada por Abbom de Fleury no seu *Apologeticus adversus*. Este esquema categorizava, como se fossem de certo modo degraus diferenciados, a espiritualidade leiga, o caminho dos clérigos, e o caminho dos monges, sendo este último o mais perfeito. Adaptar o modo de vida clerical dos padres à espiritualidade monástica, desta maneira, era uma operação que não podia se dar de maneira assim tão fácil.

As pesquisas de Georges Duby sobre a 'teoria da trifuncionalidade', enfim, apresentam o mérito inquestionável de, por um lado, situá-la diante de um tempo em transformação, e de, por outro lado, situá-la dentro de uma rede intertextual que remete a formulações anteriores, embora não propriamente trifuncionais. Através desta rede, é possível verificar como os propósitos das diversas formulações que antecedem a trifuncionalidade não se situam apenas no campo dos desejos de assegurar para a Igreja o lugar de um corpo à parte, mas também no campo da vontade de situá-la acima, de definir as outras duas ordens em relação a ela. É assim que já veremos nas *Collationes*, escritas por volta de 930 pelo abade Odon de Cluny, a afirmação de que "os poderosos recebem de Deus a espada, não para maculá-la, mas sim para perseguir aqueles que vão contra a autoridade da Igreja oprimindo os pobres".³⁵

Um balanço comparativo, enfim, permitir-nos-á avaliar complementarmente as proposições de Georges Duby e Jacques Le Goff acerca da teoria da trifuncionalidade. A teoria, concebida como uma concepção sujeita a múltiplas reapropriações, é vista por ambos como uma concepção que se constrói diante dos desafios de sua época, e que denota um projeto de agir sobre a sociedade. No caso de Georges Duby, que procura analisar as formulações trifuncionais tanto no contexto de sua época como no interior de uma rede intertextual, a ênfase está nas possibilidades apresentadas pela teoria da trifuncionalidade com vistas a atender aos interesses da Igreja de se colocar como um corpo à parte e perfeitamente protegido, pronto a se beneficiar das duas ordens que constituem o mundo laico. Já no caso de Jacques Le Goff, a ênfase dirige-se aos modos como a teoria da trifuncionalidade foi reapropriada de modo a fortalecer também a instituição monárquica. Ambas as posições, na verdade, interagem complementarmente, e permitem avaliar a trifuncionalidade como fenômeno complexo, que atende aos diversos interesses sociais e políticos de seu tempo, sem deixar de dialogar com outros tempos através da rede intertextual em que se inscreve.

A trifuncionalidade: suas variações e ambigüidades

Seria oportuno destacar ainda que o esquema tripartido não se adaptou em todas as sociedades da cristandade ocidental, ainda que tenha desempenhado uma função simbólica importante mesmo nas regiões onde não podia se concretizar funcionalmente. Vale lembrar as observações de José Mattoso sobre a medievalidade portuguesa, e Ibérica de modo mais geral. A idéia de uma trifuncionalidade mais ou menos fechada, conforme indica o historiador português, não teria paralelo na Península Ibérica da Reconquista, onde o combate a cavalo era tantas vezes feito por não nobres³⁶ (MATTOSO, 1986).

De igual maneira, convém lembrar que a teoria da trifuncionalidade –que em regra impunha um esquema de segregação entre ordens que corresponderiam a funções distintas – também permite nos seus interstícios as ambigüidades e fusões funcionais. O exemplo mais conhecido é o das "ordens militares", que unem em uma única pessoa as ordens *oratore* e *bellatore*. Existem por outro lado estudos que procuram mostrar que

não estavam tão distantes as representações produzidas na ordem *bellatore* e na ordem *oratore*. É o que discute B. H. Rosenwein, em um ensaio intitulado "Feudal war and monastic peace: Cluniac liturgy as ritual aggression", onde se mostra a interpenetração das representações guerreiras na vida monástica através do *miles* que, ao entrar para um mosteiro, abandonava seu cavalo e sua espada para passar a empunhar armas espirituais infinitamente mais eficazes que o mundo.³⁷

A questão da relação do *ordo oratoris* com o *ordo laboratoris* é ainda mais complexa. Sendo uma das maiores proprietárias fundiárias de seu tempo, a Igreja vivia da exploração dos trabalhadores da mesma maneira que os senhores. Mesmo quando os monges conseguiam efetivamente realizar a sua vida individual de pobreza, isto contrastava radicalmente com a riqueza coletiva do seu mosteiro, que por vezes administrava imensos domínios que submetiam os trabalhadores a condições tão duras como ocorria em qualquer propriedade senhorial. Por outro lado, a antiga Regra de São Bento preconizava uma divisão em três do tempo: o dia de um monge deveria ser repartido em um terço para a contemplação individual e as preces coletivas, um terço para o trabalho manual, e outro terço para o trabalho intelectual. Embora a maioria dos mosteiros procurasse orientar-se pela regra beneditina, a verdade é que por volta de 1100, nas abadias ligadas a Cluny, os monges quase já não desempenhavam trabalhos manuais, a não ser o serviço especializado de copistas e iluminadores de manuscritos. A difusão da teoria da trifuncionalidade, ao definir monges e clérigos a partir da função *oratore*, praticamente reforçava esta tendência que estava bem amparada pela própria riqueza eclesiástica: o monge não precisava trabalhar porque não precisava – já que o mosteiro contava com milhares de *laboratores* à sua disposição e além de tudo estava freqüentemente recebendo doações – e também porque a concepção trifuncional da sociedade legitimava perfeitamente a sua vida contemplativa e oracional.

Um novo tipo de monaquismo iria surgir no século XII propondo precisamente uma revalorização do trabalho. Os monges cistercienses, tendo como nome mais ilustre Bernardo de Clairvaux, iriam empreender precisamente uma crítica ao monaquismo cluniacense com base na opulência dos mosteiros de Cluny e na recusa de seus monges a trabalhar. No esquema tradicional da trifuncionalidade, pode-se dizer que os monges brancos de Cister conseguiram concretizar uma participação nas duas ordens – a dos *oratores* e *laboratores* – e de fato incluíram no seu ideal de vida monástica a realização de trabalhos efetivos e úteis. Embora continuassem administrando propriedades que abrigavam agricultores dependentes, eles mesmos freqüentemente trabalhavam e foram até os responsáveis pela descoberta de novas técnicas de trabalho agrícola.

De igual maneira, também em movimentos oriundos do mundo laico poderemos encontrar as interpenetrações entre as ordens *laboratore* e *oratore*. Exemplo é o grupo dos Humiliati – surgidos em Milão por volta de 1175 – e que na sua origem eram tecelões que levavam uma vida em comum repartida entre o trabalho e a oração. Seu ideal apostólico incluía o trabalho, a oração, a vida austera, e uma vida pastoral que logo os conduziu a pregar em público sem autorização da Igreja local, razão pela qual foram excomungados em 1184 pela decretal *Ad abolendam*. Mais tarde Inocêncio III os reintegrou à Igreja (1199), dentro de um conjunto mais amplo de estratégias que visavam considerar a possibilidade de integrar à Igreja as heresias que eram caracterizadas por meras questões disciplinares, como a intenção de pregar sem a devida autorização eclesiástica. Os Humilhados constituíram suas práticas religiosas e suas vidas cotidianas efetivamente no entrecruzamento das ordens *laboratore* e

oratore. André Vauchez, ao analisar a sua posição no quadro da *Espiritualidade na Idade Média Ocidental*, considera que eles não deixam de ser "o primeiro agrupamento leigo a ter associado a uma vida de oração intensa um trabalho concebido como um meio autêntico de existência".³⁸

À parte as interpenetrações concretas e imaginárias entre as ordens, é sempre importante ressaltar que a distância entre clérigos e leigos, que a teoria da trifuncionalidade procura estabelecer com tanta nitidez, encontraria mesmo uma expressão concretizada na arquitetura interna das igrejas. No século XII, lembra André Vauchez, apareceria a *jube*, "vasta barreira de pedra, ornada de esculturas, que isolava os clérigos agrupados no coro dos fiéis reunidos na nave".³⁹ Com estas modificações arquiteturais, poderíamos acrescentar, a trifuncionalidade medieval, ou o registro da passagem desta noção através da História, concretiza-se definitivamente no espaço.

BIBLIOGRAFIA

- Adalberón de Laon, *Poeme au Roi Robert*. Tradução Claude Carozzi. Paris: 1979.
- Gerard de Cambrai, *Oratores, agricultores, pugnatores*, MGH, SS VII, p. 485.
- Raul Glaber. *Les cinq livres de ses histoires* (900-1044). Paris: ed. Maurice Proux, 1886.
- SEDFIELD, W. J. (org). *King Alfred's Old English Version of Boethius "De Consolatione Philosophiae"*. Oxford: 1899-1900.
- ABRAVAV, Vasilji I. "Le cheval de Troie. Parallèles caucasiens" in *Annales ESC*, 1963. p.1041-1070.
- BATANY, Jean. "Des 'trois fonctions' aux 'trois Etats'", in *Annales ESC*, 1963. p. 933-938.
- BONNAUD-DELMARE, R. *Les institutions de la paix*. Paris: Mélanges Halphen, 1951.
- BOYANCÉ. "Les origines de la religion romaine, Theories et recherches récentes" in *L'Information littéraire*, VII, 1955, p. 100-107.
- CAROZZI, C. "Carmen ad Rodbertum regem" d'Adalberón de Laon" Paris: University of Paris, 1973.
- COOLIDGE, R. T. "Adalbero, Bishop of Laon" in *Studies in Medieval and Renaissance History*, II. Arizona State University, 1965.
- DUBY, Georges. *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. Lisboa: Estampa, 1982.
- DUBY, Georges, "As origens da cavalaria" in *A Sociedade Cavaleiresca*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- DUBY, Georges. "Gerard de Cambrai, la paix et les trois fonctions sociales. 1024" in *Resumo das sessões da Academia das Inscrições e Belas-Letras*. Paris: 1976.
- DUBY, Georges. "Os leigos e a paz de Deus" in *A Sociedade Cavaleiresca*. São Paulo: Martins Fontes, 1989 [original: Edition de l'École de Hautes Etudes en Sciences Sociales: 1979].
- DUBY, Georges. *O Ano Mil*. Lisboa: Edições 70, 1992. [original: 1967].

- DUBUISSON, Daniel. "Le roi indo-européen et la synthèse de trois fonctions" in *Annales ESC*, 1978, p. 21-34.
- DUMÉZIL, Georges. *L'Ideologie tripartite des Indo-Européens*. Bruxelas: 1958.
- FOSSIER, R. "Remarques sur l'étude des commotions sociales aux IX et XII siècles" in *Cahiers de Civilisation médiévale*, 16. Paris: 1973, p. 45-50).
- LANDES, Richard; GOW, Andrew; VAN METER, David C. *The Apocalyptic Year 1000: Religious Expectation and Social Change, 950-1050*. N. York: Oxford University Press, 2003.
- LE GOFF, Jacques. "Nota sobre sociedade tripartida, ideologia monárquica e renovação econômica na Cristandade do século IX ao século XII". in *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1980 [original: Paris: Gallimard, 1977] [artigo original de 1965].
- LE GOFF, Jacques. "Le trois fonctions indo-européennes, l'historien et l'Europe féodale" in *Annales ESC*, 1979, p.1.184-1.215.
- LE GOFF, Jacques. «O Rei das Três Funções» in *São Luís – Biografia*. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 568-596 [original: 1996].
- MATTOSO, José. *Identificação de um país – ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*. Lisboa: Estampa, 1986, 2 vol.
- NIERMEYER, J. F. "A marge du nouveau Ducange" in *Moyen Age*, Paris: 1957.
- ROSENWEIN, B. H.. "Feudal war and monastic peace: Cluniac liturgy as ritual aggression" in *Viator* II, 1971, p. 129-157.
- ROUCHE, Michel. "De l'Orient a l'Occident. Les origines de la tripartition fonctionnelle et les cause de son adoption par l'Europe chrétienne à la fin du XI siècle" in *Occident et Orient au X siècle*. Paris: 1979, p. 321-355.
- VAUCHEZ, André. *A Espiritualidade na Idade Média Ocidental – séculos VIII a XIII*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995 [original atualizado: Seuil: 1994].
- SCHIEFFER, T. «Ein Deutscher Bishof des 11 ihd, Gerard de Cambrai (1012-1051)» in *Deutscher Archiv*, Berlim: 1937.

NOTAS

1. Jacques LE GOFF, *O Imaginário Medieval*, Lisboa: Estampa, 1994, p. 11.
2. DUMÉZIL, Georges. *L'Ideologie tripartite des Indo-Européens*. Bruxelas: 1958; BOYANCÉ. "Les origines de la religion romaine, Theories et recherches récentes" in *L'Information littéraire*, VII, 1955, p.100-107; ABRAVAEV, Vasilji I. "Le cheval de Troie. Parallèles caucasiens" in *Annales ESC*, 1963, p. 1041-1070.
3. LE GOFF, Jacques. "Nota sobre sociedade tripartida, ideologia monárquica e renovação econômica na Cristandade do século IX ao século XII". in *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1980 [original: Paris: Gallimard, 1977] [artigo original de 1965]; DUBY, Georges. *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. Lisboa: Estampa, 1982 [original: Gallimard: 1978]; ROUCHE, Michel. "De l'Orient a l'Occident. Les origines de la tripartition fonctionnelle et les cause de son adoption par l'Europe chrétienne à la fin du XI siècle" in *Occident et Orient au X siècle*. Paris: 1979, p. 321-355.
4. DUBY, *As Três ordens ...*, p. 13-17.
5. LE GOFF, *Para um novo conceito de Idade Média*, p. 76.
6. *Id. ibid*, p. 76.

7. DUBY, *As Três Ordens ...*, p. 19.
8. SCHIEFFER, T. «Ein Deutscher Bishof des 11 ihd, Gerard de Cambrai (1012-1051)» in *Deutscher Archiv*, Berlim: 1937; COOLIDGE, R. T. "Adalbero, Bishop of Laon" in *Studies in Medieval and Renaissance History, II*. Arizona State University, 1965.
9. CAROZZI, C. "Carmen ad Rodbertum regem" d'Adalberón de Laon" Paris: University of Paris, 1973.
10. DUBY, Georges, "As origens da cavalaria" in *A Sociedade Cavaleiresca*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 31. [Texto original publicado em: *Ordinamenti militar nell'alto medioevo*. Spoleto, Presso La Sede Del Centro, 1968, p. 739-761].
11. **Fonte 1:** ZACARIAS, *Codex Carolinus*, 3, MGH, *Epist. Karolini aevi*, I, p. 480; **Fonte 2:** AGOBARD, MGH, *Epist. Karolini aevi*, 191-192 [apud. DUBY, Georges, "As origens da cavalaria" in *A Sociedade Cavaleiresca*, p. 31].
12. ODON DE CLUNY, *Vita Geraldi* apud. DUBY, Georges, "As origens da cavalaria" in *A Sociedade Cavaleiresca*, São Paulo Martins Fontes, 1989, p. 35.
13. *Miracles de Saint Bertin*, DUBY, op. cit, p. 31.
14. LE GOFF, Jacques. "Nota sobre sociedade tripartida ...", op. cit. p. 76.
15. LE GOFF, Jacques. "Nota sobre sociedade tripartida...", op. cit. p.75-84; LE GOFF, Jacques. "O Rei das três funções" in *São Luís – Biografia*. São Paulo: Record, 2002. p. 568-596.
16. SEDGEFIELD, W. J. (org). *King Alfred's Old English Version of Boethius "De Consolatione Philosophiae"*. Oxford: 1899-1900.
17. LE GOFF, Jacques. "Nota sobre sociedade tripartida ...", op. cit. p. 76.
18. BONNAUD-DELAMARE, R. *Les institutions de la paix*. Paris: Mélanges Halphen, 1951. p. 422.
19. LE GOFF, Jacques. "Nota sobre sociedade tripartida ...", op. cit. p. 79.
20. NIERMEYER, J. F. "A marge du nouveau Ducange" in *Moyen Age*, Paris: 1957.
21. LE GOFF, Jacques. "Nota sobre sociedade tripartida ...", op. cit., p. 80.
22. LE GOFF, Jacques. "Nota sobre sociedade tripartida ...", op. cit., p. 83.
23. LE GOFF, Jacques. "O Rei das três funções", *São Luís*, p. 369.
24. Sobre esta questão, ver DUBY, Georges. "Gerard de Cambrai, la paix et les trois fonctions sociales. 1024" in *Resumo das sessões da Academia das Inscrições e Belas-Letras*. Paris: 1976.
25. DUBY, Georges, "As origens da cavalaria" in *A Sociedade Cavaleiresca*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 31. [Texto original publicado em: *Ordinamenti militar nell'alto medioevo*. Spoleto, Presso La Sede Del Centro, 1968, p. 739-761].
26. FOSSIER, R. "Remarques sur l'étude des commotions sociales aux IX et XII siècles in *Cahiers de Civilisation médiévale*, 16. Paris: 1973, p. 45-50).
27. DUBY, Georges. *O Ano Mil*. Lisboa: Edições 70, 1992. [original: 1967].
28. DUBY, Georges. "Os leigos e a paz de Deus" in *A Sociedade Cavaleiresca*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 39 [original: Edition de l'École de Hautes Études en Sciences Sociales: 1979].
29. DUBY, Georges. "Os leigos e a paz de Deus" in op. cit., p. 39.
30. VAUCHEZ, André. *A Espiritualidade na Idade Média Ocidental – séculos VIII a XIII*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p. 58 [original atualizado: Seuil: 1994].
31. VAUCHEZ, André. op. cit, p. 57.
32. VAUCHEZ, André. op. cit, p. 58.
33. Georges. «Gerard de Cambrai, la paix et les trois fonctions sociales. 1024» in *Resumo das sessões da Academia das Inscrições e Belas-Letras*. Paris: 1976, p. 39.
34. DUBY, Georges. "Gerard de Cambrai, la paix et les trois fonctions sociales. 1024" in op. cit. p. 41.
35. DUBY, Georges, "As origens da cavalaria" in op. cit., p. 33.
36. MATTOSO, José. *Identificação de um país – ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*. Lisboa: Estampa, 1986, 2 vol.

37. ROSENWEIN, B. H. "Feudal war and monastic peace: Cluniac liturgy as ritual aggression" in *Viator II*, 1971, p. 129-157, p. 129 ss.
38. VAUCHEZ, André. *A Espiritualidade na Idade Média Ocidental – séculos XVIII a XIII*. p. 108.
39. VAUCHEZ, André. *op. cit.*, p. 63.
-

AUTOR

JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS

USS.

Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Professor da Universidade Severino Sombra (USS) de Vassouras, nos Cursos de Mestrado e Graduação em História, onde leciona disciplinas ligadas ao campo da Teoria e Metodologia da História, História da Arte e História Medieval.

Historiador e Professor Universitário com Doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Atua desde 2000 nos cursos de Graduação e Mestrado em História da Universidade USS de Vassouras (Brasil), onde leciona disciplinas ligadas à Teoria e Metodologia da História e à História Cultural. Também leciona História da Arte e história da Música nos cursos de Graduação em Música do Conservatório Brasileiro de Música – Centro Universitário. Tem publicado livros e artigos nas áreas de História Cultural, História Política, Historiografia, Teoria da História, História da Música, História da Arte, História Cultural, e Metodologia Científica. Entre as obras mais recentes, destacam-se os livros *O Campo da História* (2004) e *O Projeto de Pesquisa em História* (2005), ambos editados pela Editora Vozes.